

Clube Náutico Capibaribe – em recuperação judicial

Relatório dos auditores independentes, demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Clube Náutico Capibaribe – em recuperação judicial

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
<u>Demonstrações contábeis auditadas:</u>	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do passivo a descoberto.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Sócios e Administradores do
Clube Náutico Capibaribe – em recuperação judicial
Recife - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Clube Náutico Capibaribe (Clube) – em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Clube Náutico Capibaribe – em recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

O saldo contábil a pagar a FPF – Federação Pernambucana de Futebol está a menor em R\$ 3.004.007 do que a resposta da carta de circularização recebida dessa Entidade. Consequentemente, o déficit e o passivo a descoberto do Clube estão apresentados a menor nesse saldo.

Algumas ações são necessárias para atualizar o passivo do Clube, como mensurar e contabilizar a atualização monetária de juros de mora e multa pró-rata, incidentes sobre os valores apresentados, bem como de se levantar todos os processos judiciais movidos em âmbito nacional. Devido a isso, ficamos impossibilitados de efetuar procedimentos de auditoria sobre esses fatos.

O Clube possui vários prestadores de serviços, cujos instrumentos de contratação não foram apresentados, no valor de R\$ 2.795.075, contabilizados na conta Despesas gerais e administrativas. Devido a isso, ficamos impossibilitados de efetuar procedimentos de auditoria adicionais sobre esses fatos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que o Clube apresentou déficit de R\$ 18.541.274 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e o Passivo total de R\$ 291.976.169, excedendo o ativo circulante em R\$ 288.512.293 e estava pendente de cumprimento de várias obrigações, principalmente de natureza tributária e previdenciária. Devido a isso, tem-se a necessidade de obtenções relevantes de recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As medidas que estão sendo avaliadas e desenvolvidas pela Administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial do Clube, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades, estão desenvolvidas na Nota Explicativa nº 1. A continuidade das atividades do Clube dependerá do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a um Clube em continuidade normal, e não incluem nenhuma modificação contábil, que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar exercendo suas atividades.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 BRUNO LINDOSO DE MELO
Data: 30/04/2026 19:32:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EQUITY AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PE N° 000822/O

Bruno Lindoso de Melo
Contador
CRC-PE N° 017.217/O-4

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

<u>ATIVO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2025</u> R\$	<u>31/12/2024</u> R\$ (reapresentado)	<u>01/01/2024</u> R\$ (reapresentado)	<u>PASSIVOS E PASSIVO A DESCOBERTO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2025</u> R\$	<u>31/12/2024</u> R\$ (reapresentado)	<u>01/01/2024</u> R\$ (reapresentado)
<u>CIRCULANTE</u>					<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	349.349	264.522	237.251	Fornecedores	8	4.779.014	2.654.002	2.920.199
Contas a receber	5	3.017.407	2.317.740	1.345.611	Obrigações fiscais e tributárias	9	8.139.767	7.409.365	7.761.150
Adiantamentos		97.120	-	34.479	Obrigações sociais e trabalhistas	10	10.398.864	4.504.869	4.077.705
Total do ativo circulante		<u>3.463.876</u>	<u>2.582.262</u>	<u>1.617.341</u>	Empréstimos de terceiros		1.457.262	102.776	102.776
					Acordos extrajudiciais	11	2.543.838	2.432.452	1.823.552
					Contas a pagar	12	2.983.210	2.495.959	2.278.649
					Receitas antecipadas	13	1.462.761	2.300.000	-
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					Total do passivo circulante		<u>31.764.716</u>	<u>21.899.423</u>	<u>18.964.031</u>
Imobilizado	6	142.733.475	144.610.670	146.733.830					
Intangível	7	772.222	772.222	-	<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Total do ativo não circulante		<u>143.505.697</u>	<u>145.382.892</u>	<u>146.733.830</u>	Provisão para riscos judiciais	14	<u>260.211.453</u>	<u>252.531.053</u>	<u>254.880.732</u>
					Total do passivo não circulante		<u>260.211.453</u>	<u>252.531.053</u>	<u>254.880.732</u>
					<u>PASSIVO A DESCOBERTO</u>				
					Ajuste de avaliação patrimonial	15	126.159.699	130.879.959	135.481.299
					Déficits acumulados		<u>(271.166.295)</u>	<u>(257.345.281)</u>	<u>(260.974.891)</u>
					Total do passivo a descoberto		<u>(145.006.596)</u>	<u>(126.465.322)</u>	<u>(125.493.592)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>146.969.573</u></u>	<u><u>147.965.154</u></u>	<u><u>148.351.171</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PASSIVO A DESCOBERTO		<u><u>146.969.573</u></u>	<u><u>147.965.154</u></u>	<u><u>148.351.171</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2025</u> <u>R\$</u>	<u>2024</u> <u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	30.860.265	24.348.657
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	17	(18.717.609)	(14.561.373)
Despesas gerais e administrativas	17	(31.107.980)	(11.151.548)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	1.231.171	-
Total		<u>(48.594.418)</u>	<u>(25.712.921)</u>
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(17.734.153)</u>	<u>(1.364.264)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(824.518)	(132.853)
Receitas financeiras	18	17.397	10.135
RESULTADO FINANCEIRO - LÍQUIDO		<u>(807.121)</u>	<u>(122.718)</u>
DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(18.541.274)</u>	<u>(1.486.982)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(18.541.274)	(1.486.982)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:		
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	4.720.260	4.601.340
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(13.821.014)</u>	<u>3.114.358</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

	<u>Notas explicativas</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u> <u>R\$</u>	<u>Déficits acumulados</u> <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (originalmente apresentados)		<u>135.481.299</u>	<u>(243.541.289)</u>	<u>(108.059.990)</u>
Ajustes de anos anteriores		-	(17.433.602)	(17.433.602)
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (reapresentados)		<u>135.481.299</u>	<u>(260.974.891)</u>	<u>(125.493.592)</u>
Déficit líquido do exercício		-	(1.486.982)	(1.486.982)
Realização do custo atribuído		(4.601.340)	4.601.340	-
Ajustes do exercício vigente		-	515.252	515.252
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentados)		<u>130.879.959</u>	<u>(257.345.281)</u>	<u>(126.465.322)</u>
Déficit líquido do exercício		-	(18.541.274)	(18.541.274)
Realização de custo atribuído	15	(4.720.260)	4.720.260	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>126.159.699</u>	<u>(271.166.295)</u>	<u>(145.006.596)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2025</u> R\$	<u>2024</u> R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit líquido do exercício		(18.541.274)	(1.486.982)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	6	2.132.350	2.147.292
Adições e atualizações de provisão para riscos judiciais	14	8.540.744	6.044.567
Reversões de provisão para riscos judiciais	14	-	(7.755.820)
(Aumento) redução nos ativos:			
Contas a receber		(699.667)	(972.129)
Adiantamentos		(97.120)	34.479
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		2.125.012	(266.198)
Obrigações fiscais e tributárias		730.402	(351.785)
Obrigações sociais e trabalhistas		5.893.995	427.164
Acordos extrajudiciais		111.386	608.899
Contas a pagar		487.251	-
Pagamentos de provisão para riscos judiciais	14	(860.344)	(678.085)
Receitas antecipadas		(837.239)	2.300.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.014.504)</u>	<u>51.402</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	6	(255.155)	(24.131)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(255.155)</u>	<u>(24.131)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos de terceiros		1.464.486	200.000
Pagamento de principal de empréstimos de terceiros		(110.000)	(200.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>1.354.486</u>	<u>-</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>84.827</u>	<u>27.271</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	264.522	237.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	349.349	264.522
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>84.827</u>	<u>27.271</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Clube Náutico Capibaribe (“Clube”) – em recuperação judicial, foi constituído em 7 de abril de 1901, com sede na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, na avenida Conselheiro Rosa e Silva, nº 1086, bairro dos Afritos. Conforme estatuto social os objetivos principais são:

- I – Promover, difundir e aperfeiçoar a prática dos desportos em geral, visando o desenvolvimento físico, o espírito de disciplina e a cooperação nas relações humanas;
- II – Promover reuniões e diversões de caráter recreativo, artístico, educativo e cultural; e
- III – Defender as tradições e o patrimônio esportivo, artístico e cultural do Recife, de Pernambuco e do Brasil.

Os poderes estabelecidos em seu estatuto social são os seguintes:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho Deliberativo;
- III – Diretoria Executiva; e
- IV – Conselho Fiscal.

Desempenho financeiro e econômico

A Administração do Clube está comprometida em liquidar o passivo e isso dependerá do desempenho futuro, que será estimulado pela reestruturação econômica e financeira de suas atividades e implementado pela melhor gestão de recursos da Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, o Clube apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 28.300.840 (R\$ 14.878.820 em 31 de dezembro de 2024).

A gestão do Clube tem consolidado seu plano de reestruturação econômico-financeira por meio de ações contínuas, destacando-se:

- Diversificação e incremento de receitas através de novas estratégias de marketing e negócios;
- Equacionamento de passivos fiscais, previdenciários e de FGTS;
- Celebração de composições extrajudiciais para mitigação contínua do passivo trabalhista; e
- Gestão estratégica do contencioso, visando a recuperação de créditos em processos em que o Clube é parte ativa.

Recuperação judicial

No primeiro trimestre de 2024, o Grupo Mateus rescindiu unilateralmente o contrato de arrendamento de três hectares do CT Wilson Campos, contrariando a expectativa do Clube, que



via nesta operação uma importante fonte de geração de caixa para solução dos credores e sustentação do negócio, conforme inicialmente previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Diante do cenário de rescisão contratual, ficou acordado o pagamento de multa rescisória. Na assinatura do contrato, houve o pagamento de R\$ 1,2 milhão referentes ao adiantamento feito para obras realizadas no ano passado no próprio Centro de Treinamento do Clube e, em razão da rescisão, acordou-se o pagamento de R\$ 3 milhões. O montante de R\$ 1 milhão, referente ao valor rescisório, foi recebido pelo Clube e o saldo restante deverá ser quitado ao longo dos próximos 15 meses, sendo a última parcela em julho de 2025.

Em relação a autorização da celebração do contrato de arrendamento com o Grupo Mateus, o Conselho Deliberativo do Clube, deliberou que a destinação das verbas oriundas do referido contrato seria destinada ao pagamento de dívidas do Clube, tendo em vista que, com a rescisão contratual, o valor da multa também será pautado pela mesma decisão. Desse modo, com o valor da multa pela rescisão contratual, o Clube pretende dar início a campanha de conciliação junto aos credores concursais.

Em 13 de maio de 2024, o Clube protocolou o seu 1º aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, que promoveu modificações nas propostas de pagamento aos credores sujeitos à Recuperação Judicial, nesse contexto, o Náutico apresentou ao Juízo Recuperacional uma Campanha de Conciliação para promover acordos a serem firmados com os credores sujeitos à Recuperação Judicial, autorizada pelo Juízo em 17/05/2024, que findou com a formalização de mais de 260 acordos.

Em 18 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral de Credores do Clube Náutico Capibaribe aprovou o Plano de Recuperação Judicial Substitutivo, protocolado sob o ID 226240509, nos autos do processo nº 0011283-80.2023.8.17.2001.

Atualmente, o Clube encontra-se aguardando a homologação do Plano aprovado em Assembleia, para que se dê início ao cronograma de pagamentos aos credores.

Cumprimento de sentença – NÁUTICO X ARENA (reforma dos Aflitos e multa contratual):

1. Contexto dos processos:

O Clube possui decisões arbitrais líquidas, certas e exigíveis favoráveis em face da ARENA, referentes à reforma do Estádio dos Aflitos e multas contratuais. Ambos os processos se encontram em fase de cumprimento de sentença perante a 36ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE.

2. Valores envolvidos e atualizações:

Com base nos cálculos atualizados para 31 de dezembro de 2025, o montante total envolvido nas causas atinge aproximadamente R\$ 32,25 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Processo nº 0051163-45.2024.8.17.2001 (reforma dos Aflitos): o valor total executado é de R\$ 9.233.454,71. Deste total, R\$ 8.394.049,74 referem-se ao crédito do Clube, enquanto R\$ 839.404,97 correspondem a honorários sucumbenciais; e
- Processo nº 0119631-95.2023.8.17.2001 (multa contratual): o valor total atualizado é de R\$ 23.016.960,02. O crédito líquido do Clube nesta ação é de R\$ 20.865.406,42, sendo R\$ 2.151.553,60 destinados a honorários.



3. Movimentações processuais recentes:

Após o encerramento do exercício de 2025, foram registradas as seguintes movimentações relevantes:

- Restrições ao levantamento de valores: o TRF 5ª Região, em grau de apelação, manteve a penhora de valores, porém condicionou o levantamento das quantias pelo Clube à prévia autorização do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) e à finalização de auditoria em curso naquele órgão;
- Decisões da justiça federal: no processo de multa contratual, o TRF 5ª Região determinou a devolução de valores anteriormente transferidos para a Vara Federal, reforçando a necessidade de aguardar o trânsito em julgado e a manifestação do TCE/PE; e
- Parcelamento de débito: no âmbito da execução da reforma dos Aflitos, a Arena obteve, via agravo de instrumento, o direito ao parcelamento do débito em 6 vezes, cujo prazo de pagamento está em curso.

4. Probabilidade de êxito:

A assessoria jurídica externa do Clube classifica o risco de perda da Arena (e, conseqüentemente, a probabilidade de êxito para o Clube) como provável em ambos os processos. A contabilização desses valores será realizada nos próximo(s) exercício(s), por decisão do clube.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

Essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade especificadas para as entidades desportivas [ITG 2003 (R2)] e sem fins lucrativos [ITG 2002 (R1)]. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Reapresentação de saldos de balanços patrimoniais de 31/12/2024 e 01/01/2024:

No exercício de 2025, o Clube levantou através de coleta de informações judiciais e administrativas, saldo de dívida adicional líquida (anteriores a 2024) no montante de (R\$ 17.433.602) e outros saldos de 2024, no montante de R\$ 515.252, que não estava contabilizado nos balanços patrimoniais do Clube, conforme composição abaixo, referentes a exercícios anteriores. Devido a isso, as contas respectivas do ativo intangível, passivo e passivo a descoberto foram reapresentadas de acordo com a norma do CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

O Clube efetuou determinados ajustes, nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios anteriores, após o encerramento e publicação das demonstrações financeiras. As modificações efetuadas foram as seguintes:



Ajustes:

Intangível:

O Clube, revisou e efetuou o levantamento dos Direitos federativos e econômicos dos atletas de base em função da cessão parcial.

Obrigações fiscais e tributárias:

O Clube, revisou a conciliação dos tributos municipais (IPTU) e ajustou o valor em função de sua atualização monetária.

Contas a pagar (FPF):

O Clube, revisou e contabilizou o montante a pagar em conta corrente com a Federação Pernambucana de Futebol, líquido de atualização monetária.

Provisões para riscos judiciais:

O Clube, com o apoio de seus advogados externos, efetuou a reconciliação dos valores que compõe a dívida e revisou a conciliação ajustando os valores em função de sua atualização.

<u>Natureza:</u>	<u>Valor R\$</u>
Obrigações fiscais e tributárias – anos anteriores	(1.942.382)
Contas a pagar (FPF) – anos anteriores	(2.278.648)
Provisões para riscos judiciais – anos anteriores	<u>(13.212.572)</u>
Subtotal – anos anteriores	(17.433.602)
Intangível – exercício de 2024	772.222
Contas a pagar (FPF) – exercício de 2024	(217.310)
Provisões para riscos judiciais – exercício de 2024	<u>(39.660)</u>
Subtotal – exercício de 2024	515.252
Total líquido dos ajustes efetuados	<u>(16.918.350)</u>

Realização do saldo de custo atribuído:

O Clube recalculou o valor da realização anual do custo atribuído, chegando a R\$ 4.720.260 ao ano.

<u>Conta Contábil</u>	<u>AAP (mais valia)</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Realização</u>
Edifícios e construções	145.450.000	3%	4.363.500
Móveis e utensílios	<u>2.378.400</u>	15%	<u>356.760</u>
Total	147.828.400		4.720.260



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto pelo ativo imobilizado para o qual o Clube optou pela avaliação ao custo atribuído (*deemed cost*), conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações contábeis são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações contábeis, o Clube adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo o principal ambiente econômico no qual o Clube atua.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, os depósitos bancários à vista e os saldos em contas correntes mantidos em instituições financeiras. São também classificadas neste grupo as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data da aplicação, em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado estão registrados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada (quando aplicável) e de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração as estimativas de vida útil determinadas por uma empresa terceirizada que atualizou o estudo de vida útil do clube em 2025, conforme mencionados na nota explicativa 6. Os terrenos não são depreciados.



Se aplicável, os gastos com reformas do ativo fixo são incorporados, se os benefícios econômicos associados forem existentes aos custos incorridos e valores mensurados com confiabilidade. Os valores gastos com reparos e manutenções são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Custo atribuído:

O saldo de custo do ativo imobilizado está demonstrado pelo custo atribuído (“deemed cost nos termos da resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC N° 1.409, de 21 de setembro de 2012), calculados em 2022 (suportado por laudo de peritos independentes).

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso não seja, os saldos a pagar de fornecedores serão apresentados como passivo não circulante.

Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e, mensurados pelo custo amortizado com a utilização do método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos de terceiros

Inicialmente são reconhecidos pelos valores estabelecidos contratualmente e mensurado pelo custo amortizado com pessoas físicas e jurídicas.

Impostos e contribuições

O Clube é uma organização sem fins lucrativos, beneficiando-se dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal;
- Programa para Integração Social (PIS): pagamento da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento à alíquota de 1% de acordo com a Lei no 9.532/97;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis no 9.718/98 e no 10.833/03;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): recolhimento da quota patronal à alíquota de 5% sobre a receita bruta.

Provisões para riscos judiciais

As provisões são registradas quando o Clube possui obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultante de eventos passados, sendo provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação que possa ser feita.



O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para contingências referem-se a processos trabalhistas, cíveis e tributários que estão registrados contabilmente, conforme premissa de avaliação de risco efetuada pela administração e suportado por seus consultores e assessores jurídicos.

Demais passivos

Os demais passivos são classificados no circulante e não circulante obedecendo ao prazo de exigibilidade. Estão apresentados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

Instrumentos financeiros

O Clube classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado em sua contabilidade. Essa classificação é baseada no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros:

No reconhecimento inicial o Clube mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição do ativo, posteriormente, o ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva se subtraindo o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. Os ativos financeiros compreendem: Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são contabilizados a partir da data em que o Clube assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente contabilizados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros do Clube são mensurados pelo custo amortizado.

O Clube não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com o propósito de especulação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.



Os critérios que o Clube utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Reconhecimento de receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca destes bens ou serviços, conforme estabelecido nos termos da CPC 47.

O Clube reconhece contabilmente, pelo regime de competência, as principais receitas abaixo:

I – Receitas de bilheteria: são contabilizadas com base nos borderôs dos jogos, conforme a realização dos eventos, disponibilizados pela FutebolCard;

II – Receitas com direitos de transmissão dos jogos: são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos;

III – Receitas com marketing: são contabilizados com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube e licenciamento da marca, conforme contrato com loja especializada em produtos de futebol;

IV – Receitas de mensalidades dos sócios: reconhecida pelo regime de competência, conforme a metodologia e taxas percentuais definidos no Clube; e

V – Receitas com contratos de competições: são contabilizadas quando o Clube participa das competições em que está inscrito e/ou classificado. Caso haja antecipação de receitas de contratos, são contabilizadas como receitas antecipadas no passivo do Clube.

VI – Receitas com negociações: são contabilizadas quando o clube tem êxito em negociações de atletas com outros clubes, como por exemplo a cessão de direitos econômicos em contrapartida a um montante definido contratualmente.

VII – Receitas com doações: são contabilizadas quando o clube recebe doações ao longo do exercício, geralmente de doadores anônimos.

VII – Receitas diversas: reconhecida quando o clube recebe valores advindos de multas contratuais com atletas ou outros clubes e aluguéis de setores das instalações do clube.

Estimativas, julgamentos contábeis significativos

A elaboração das demonstrações contábeis requer que o Clube utilize julgamentos e estimativas para se adotar premissas que impactem os valores de receitas, custos, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação dos passivos contingentes na data base das demonstrações financeiras.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas demonstrações financeiras. O Clube revisa suas estimativas e premissas subjacentes anualmente.

Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Clube

Os pronunciamentos, alterações, interpretações e orientações novos e emitidos, porém que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2025, estão relacionados a seguir e que podem ser aplicáveis ao Clube:

- IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Esta norma foi publicada em 9 de abril de 2024 e entrará em vigor, para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. O objetivo é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma Entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas;
- IFRS 19 – Subsidiária sem Obrigação Pública: Esta norma foi publicada em maio de 2024 e entrará em vigor, para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. O objetivo é reduzir as exigências de divulgação para subsidiárias que não têm responsabilidade pública;
- Emendas à IFRS 7 e 9 – Instrumentos Financeiros: Estas emendas foram publicadas em maio de 2024 e entrarão em vigor, para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida. Os objetivos são: esclarecer sobre a liquidação dos passivos financeiros via sistema de pagamento eletrônico, sobre a classificação de ativos financeiros com características de ESG (ambiental, social e governança) e aprimorar as divulgações (maior transparência) dos instrumentos financeiros;
- IFRS S1 e S2 – Sustentabilidade e Clima: Estas normas foram publicadas em junho de 2023 e entrarão em vigor, para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida. Os objetivos são: estabelecer estruturas para as Entidades que comuniquem aos investidores sobre os riscos e as oportunidades de sustentabilidade e que podem influenciar no fluxo de caixa de curto a longo prazo (IFRS S1); e esclarecer como a Entidade deve reportar sua exposição a riscos climáticos significativos visando permitir que os investidores avaliem o impacto financeiro dessas mudanças climáticas (IFRS S2).

O Clube decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tinha sido emitida, porém ainda não vigentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo de dinheiro em caixa e em depósitos bancários que estão apresentados da seguinte forma:



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	18.337	11.378
Bancos conta movimento	306.683	234.370
Aplicações financeiras	5.823	5.213
Contas judiciais (a)	18.506	13.561
Total	<u>349.349</u>	<u>264.522</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa contempla numerário em caixa, saldo em bancos, conta de bloqueio judicial e investimentos de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor de mercado e remuneração mensal bruta equivalente à 93% do CDI, substancialmente representados por Certificado de Depósito Bancário – CDB e com riscos reduzidos de mudanças de valor.

- (a) O clube é parte envolvida em processos de várias naturezas e outras discussões em juízo. Estão classificados nesta conta os depósitos e penhoras judiciais à disposição do juízo e terceiros.

5. CONTAS A RECEBER

Os créditos a receber estão compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CBF	72.000	-
Cartão de crédito a receber (a)	1.277.275	1.892.786
Patrocínio	621.223	205.403
Licenciamento de marca	68.943	68.628
Aluguéis a receber	177.966	150.923
Direitos federativos (b)	800.000	-
Total	<u>3.017.407</u>	<u>2.317.740</u>

O saldo de créditos a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber referentes aos contratos comerciais, de marketing e publicidade firmados com terceiros, mensalidades de sócios, cessão parcial de direitos econômicos a outros clubes e de arrendamento mercantil (leasing) rescindido.

- (a) Refere-se as mensalidades de sócios e o saldo a receber que está conforme relatório disponibilizado pela FutebolCard, responsável por gerir o programa sócio torcedor;
- (b) Refere-se a valores contratuais definidos a serem recebidos, conforme cessão parcial dos direitos econômicos de atletas a outro clube.

6. IMOBILIZADO

O Clube realizou na transição para as atuais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e avaliação (custo atribuído) de alguns bens do seu imobilizado como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos.



A empresa responsável pela revisão da vida útil dos bens é Valor Engenharia de Avaliação e Perícias Ltda. O laudo consta que a idade aparente atribuída aos itens avaliados não teve alterações na vida útil aos itens avaliados, conforme registrado contabilmente.

Os terrenos Rosa e Silva e Guabiraba, e a edificação do Estádio Eládio de Barros Carvalho estão demonstrados pelo custo atribuído.

Conforme laudo, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 147.828.400, segregados da seguinte forma abaixo:

- Bens da Sede do Clube: R\$ 2.378.400
- Imóvel Comercial – Santo Amaro: R\$ 1.411.000
- Estrutura Sede do Clube: R\$ 116.867.000
- Centro de Treinamento do Clube: R\$ 27.172.000

A vida útil remanescente dos edifícios e construções foi determinada em 360 meses (30 anos).

Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e outros ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico, deduzidos da respectiva depreciação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Edificações e construções -----	3%
Veículos -----	20%
Móveis e utensílios -----	15%
Máquinas e equipamentos -----	15%
Instalações elétricas e outros -----	10%

A movimentação do ativo imobilizado do exercício de 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

	2025			
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
<u>Custo</u>				
Terrenos	95.400.000	-	-	95.400.000
Edifícios e construções	50.240.031	-	-	50.240.031
Móveis e utensílios	2.192.856	61.253	-	2.254.109
Computadores e periféricos	95.051	2.196	-	97.247
Instalações	442.112	-	-	442.112
Máquinas e equipamentos	334.220	95.807	-	430.027
Veículos	177.936	95.900	-	273.836
Total	148.882.206	255.156	-	149.137.362



Depreciação

Terrenos	-	-	-	-
Edifícios e construções	(3.320.425)	(1.656.546)	-	(4.976.971)
Móveis e utensílios	(633.250)	(251.270)	-	(884.520)
Computadores e periféricos	(52.251)	(30.493)	-	(82.744)
Instalações	(2.856)	(1.428)	-	(4.284)
Máquinas e equipamentos	(179.018)	(180.406)	-	(359.424)
Veículos	(83.736)	(12.208)	-	(95.944)
Total	(4.271.536)	(2.132.351)	-	(6.403.887)
Líquido	144.610.670	(1.877.195)	-	142.733.475

2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<u>Custo</u>				
Terrenos	95.400.000	-	-	95.400.000
Edifícios e construções	50.240.031	-	-	50.240.031
Móveis e utensílios	2.190.709	2.147	-	2.192.856
Computadores e periféricos	91.254	3.797	-	95.051
Instalações	442.112	-	-	442.112
Máquinas e equipamentos	316.032	18.188	-	334.220
Veículos	177.936	-	-	177.936
Total	148.858.074	24.132	-	148.882.206

Depreciação

Terrenos	-	-	-	-
Edifícios e construções	(1.663.879)	(1.656.546)	-	(3.320.425)
Móveis e utensílios	(316.625)	(316.625)	-	(633.250)
Computadores e periféricos	(25.314)	(26.937)	-	(52.251)
Instalações	(1.428)	(1.428)	-	(2.856)
Máquinas e equipamentos	(75.130)	(103.888)	-	(179.018)
Veículos	(41.868)	(41.868)	-	(83.736)
Total	(2.124.244)	(2.147.292)	-	(4.271.536)
Líquido	146.733.830	(2.123.160)	-	144.610.670

Avaliação Patrimonial

De acordo com o NBC T 4, “Avaliação Patrimonial”, os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas e calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.



Conforme laudo emitido pela empresa Valor Engenharia de Avaliação e Perícias Ltda. responsável pela avaliação dos itens do ativo imobilizado móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos, apresenta que a idade aparente atribuída aos itens avaliados teve algumas alterações em 2025 e foi atualizada.

7. INTANGÍVEL

Os direitos federativos de atletas profissionais são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo de vigência dos contratos de trabalho.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
Direitos federativos de atletas (a)	772.222	772.222

(a) O Clube possui direitos federativos sobre os seguintes atletas profissionais:

Eduardo Rhuan (20% de direitos federativos e custo contratual de R\$ 200.000);
Matheus Carvalho (10% de direitos federativos e custo contratual de R\$ 222.222);
Júlio Rodrigues (50% de direitos federativos e custo contratual de R\$ 350.000).

8. FORNECEDORES

As contas de fornecedores podem ser assim representadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	1.814.696	881.974
Direitos de imagem (a)	2.787.342	1.584.144
CELPE	176.976	187.884
Total	<u>4.779.014</u>	<u>2.654.002</u>

(a) Referem-se aos contratos de direitos de uso de imagem dos atletas e da comissão técnica do elenco principal do Clube correspondentes ao exercício de 2025.

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

A composição dos débitos tributários e fiscais é a seguinte abaixo:



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
IPTU a pagar	8.124.928	7.395.717
ISS retido	<u>14.839</u>	<u>13.648</u>
Total	<u>8.139.767</u>	<u>7.409.365</u>

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Referem-se as obrigações trabalhistas devidas aos empregados e os correspondentes encargos sociais. Segue a composição abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Proventos:</u>		
Salários a pagar (a)	1.332.299	636.354
Férias a pagar	571.108	461.667
13º salário a pagar	687.296	384.684
Rescisão a pagar (d)	3.489.736	1.837.537
Pensão alimentícia a pagar	<u>5.853</u>	<u>15.885</u>
Subtotal	<u>6.086.292</u>	<u>3.336.127</u>
<u>Encargos sociais a pagar:</u>		
FGTS a recolher (b)	771.834	448.892
INSS a recolher (c)	3.538.608	719.850
Crédito do trabalhador	<u>2.130</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>4.312.572</u>	<u>1.168.742</u>
Total	<u><u>10.398.864</u></u>	<u><u>4.504.869</u></u>

- Refere-se a salários dos atletas do futebol profissional de 2025 não pagos até a data do encerramento do balanço;
- Refere-se a FGTS de períodos acumulados não pagos até a data do encerramento do balanço;
- Refere-se a INSS de períodos acumulados não pagos até a data do encerramento do balanço;
- Refere-se as rescisões dos atletas do futebol profissional, futebol de base, amadores e do setor administrativo de 2025 não pagos até a data do encerramento do balanço.

11. ACORDOS EXTRAJUDICIAIS

Refere-se a acordos extrajudiciais de verbas rescisórias e valores devidos pelo Clube a ex-funcionários e atletas. A composição dos acordos extrajudiciais é a seguinte abaixo:



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Elierce Barboza de Souza	480.000	480.000
Cleone Santos Silva	45.000	45.000
Welker Marçal Almeida	205.000	205.000
Fernando Marchiori	68.500	68.500
Diego Daniel Rodrigues	40.000	40.000
Ray Andres Vanegaz	109.000	175.500
E Maxwell Souza de Lima	37.600	37.600
Julio Cesar Czarneski	112.718	112.718
Bruno Marques Fernandes Pivetti	60.899	60.899
Uiles Geraldo – Mazola	63.000	63.000
Joecio Barbosa dos Santos	53.167	53.167
Mateus Ludke	57.949	57.949
Outros acordos extrajudiciais	1.211.005	1.033.119
Total	<u>2.543.838</u>	<u>2.432.452</u>

12. CONTAS A PAGAR

Refere-se, principalmente, ao contas a pagar do Clube perante a Federação Pernambucana de Futebol (descontando as receitas antecipadas pela Federação e atualização monetária). A composição é a seguinte abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentados)
Federação Pernambucana de Futebol (FPF)	2.968.210	2.495.959
Aquisição de atletas	15.000	-
Total	<u>2.983.210</u>	<u>2.495.959</u>

13. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas registradas no passivo circulante do clube referem-se a valores recebidos antecipadamente por obrigações de desempenho ainda não integralmente cumpridas pelo clube perante terceiros. Compõem esse saldo, principalmente, adiantamentos de federações de futebol referente a campeonatos que serão realizados no futuro, contratos de patrocínio e licenciamento com vigência que se estende além da data de encerramento do exercício.

Em conformidade com o CPC 47, Receita de Contrato com Cliente, tais valores somente são reconhecidos como receita à medida que as obrigações correspondentes são satisfeitas, razão pela qual permanecem classificados como passivo até o efetivo cumprimento da prestação. O reconhecimento integral ocorrerá nos períodos subsequentes conforme a realização dos eventos, o transcurso da competência ou a entrega das contrapartidas contratualmente previstas.



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Campeonato Brasileiro (FPF)	1.175.000	-
Adiantamento de receita (TIMBUSHOP)	137.761	-
FutebolCard	-	1.000.000
Esportes da Sorte	-	500.000
CBF	-	600.000
Campeonato Pernambucano (FPF)	-	146.858
Copa do Nordeste (FPF)	55.000	-
Copa do Brasil (FPF)	95.000	53.142
Total	<u>1.462.761</u>	<u>2.300.000</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (reapresentado)
Trabalhistas (a)	117.213.174	117.214.943
Cíveis (b)	27.859.405	18.892.401
Tributários (c)	<u>115.138.874</u>	<u>116.423.709</u>
Total	<u>260.211.453</u>	<u>252.531.053</u>

e) Entre os processos trabalhistas provisionados, destacamos os principais abaixo:

- Autor: JEAN DE OLIVEIRA DA ROLT
Nº do processo: 0000077-31.2015.5.06.0021
Valor da causa atualizado: R\$ 4.798.631;
- Autor: LUIS FERNANDO LOJUDICE MARTINEZ
Nº do processo: 0000017-43.2014.5.06.0005
Valor da causa atualizado: R\$ 3.777.603;
- Autor: AUREMIR EVANGELISTA DOS SANTOS
Nº do processo: 0000727-09.2014.5.06.0023
Valor da causa atualizado: R\$ 3.510.827;
- Autor: Ronieri da Silva Pinto
Nº do processo: 0000014-69.2016.5.06.0021
Valor da causa atualizado: R\$ 2.849.206;
- Autor: MANOEL MESSIAS BARBOSA DA SILVA
Nº do processo: 0000491-90.2014.5.06.0012
Valor da causa atualizado: R\$ 2.503.041; e
- Autor: RICARDO FERREIRA BERNA
Nº do processo: 0000069-03.2014.5.06.0017
Valor da causa atualizado: R\$ 2.161.752.



f) Entre os processos cíveis provisionados, destacamos os principais abaixo:

- Autor: JOSE EVERALDO SILVA
Nº do processo: 0013257-65.2017.8.17.2001
Valor da causa atualizado: R\$ 5.891.398;
- Autor: Sport Club Corinthians Paulista
Nº do processo: 1106089-02.2015.8.26.0100
Valor da causa atualizado: R\$ 4.842.926;
- Autor: ELICARLOS SOUZA SANTOS E GOL SPORTS ASSESSORIA LTDA - ME
Nº do processo: 0031242-76.2019.8.17.2001
Valor da causa atualizado: R\$ 2.684.417; e
- Autor: CAMBUCI S/A
Nº do processo: 0021657-91.2020.8.26.0100
Valor da causa atualizado: R\$ 3.353.404;

g) Entre os processos tributários provisionados, destacamos os principais abaixo:

- Autor: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Nº do processo: 0009582-82.1900.4.05.8300
Valor da causa atualizado: R\$ 94.407.670;
- Autor: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Nº do processo: 0015907-82.2011.4.05.8300
Valor da causa atualizado: R\$ 15.592.591;
- Autor: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Nº do processo: 0822804-73.2023.4.05.8300
Valor da causa atualizado: R\$ 11.890.600.

O Clube contabilizou todos os processos movidos, em que é réu, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável, levantado pelos seus consultores e assessores jurídicos.

As movimentações das provisões para riscos judiciais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)	<u>254.880.732</u>
Adições e atualizações	6.044.567
Outros ajustes	39.659
Pagamentos	(678.085)
Reversões	(7.755.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	<u>252.531.053</u>
Adições e atualizações	8.540.744
Pagamentos	<u>(860.344)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>260.211.453</u>



15. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (reapresentado), o Passivo a descoberto do Clube era de (R\$ 145.006.596) e (R\$ 126.465.322), respectivamente. De acordo com o artigo 1º do Estatuto, o Clube é uma associação civil de utilidade pública e de caráter desportivo, com personalidade jurídica de direito privado e distinta de seus associados, sem fins econômicos lucrativos. Sendo assim, não distribui resultados, dividendos e bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Assim, o patrimônio social é aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

O Clube reconheceu a realização do custo atribuído do ajuste a valor justo (mais valia) do ativo imobilizado no valor de R\$ 4.720.260, no exercício de 2025. O reconhecimento e contabilização utilizou como base o Laudo de avaliação patrimonial, realizado pela Valor Engenharia de Avaliação e Perícias Ltda, constando a idade aparente atribuída aos itens avaliados.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Receita de direitos de transmissões</u>		
Receita - Copa do Nordeste	1.648.800	2.669.430
Receita - Campeonato Pernambucano	146.858	100.000
Receita - Copa do Brasil (b)	4.198.392	-
Receita - Campeonato Brasileiro	1.894.000	1.222.000
Outras competições oficiais	-	11.305
Partidas amistosas e outros	-	8.500
Subtotal	<u>7.888.050</u>	<u>4.011.235</u>
<u>Receita bilheteria</u>		
Receita de bilheteria - Copa do Nordeste	322.394	398.159
Receita de bilheteria - Pernambucano	950.975	1.417.229
Receita de bilheteria – Brasileiro (c)	3.843.811	1.061.692
Receita de bilheteria – Copa do Brasil	1.755.037	-
Bilheteria - Timbuzone	169.862	48.302
Subtotal	<u>7.042.079</u>	<u>2.925.382</u>
<u>Receita marketing e comercial</u>		
Patrocínios (d)	3.875.299	3.335.367
Outras publicidades não ligadas ao futebol	162.929	184.507
Licenciamento da marca (Royalties)	611.996	677.507
Publicidade	5.000	15.586
Luvras derivadas de contratos	500.000	550.000
Subtotal	<u>5.155.224</u>	<u>4.762.967</u>



Negociações

Repasso definitivo de direitos federativos de atletas	-	1.410.000
Mecanismo de solidariedade (FIFA Solidarity)	17.843	26.022
Negociação de atleta	800.000	-
Subtotal	817.843	1.436.022

Clube social

Prática esportiva, escolinha etc.	142.014	846.294
Estacionamento / alugueis / exploração comercial	885.083	8.960
Doações (a)	2.065.020	1.630.454
Camarote, alimentos, bebidas, bar etc.	405.117	245.675
Subtotal	3.497.234	2.731.383

Receita de mensalidades e anuidades

Mensalidade do conselho deliberativo	614.138	485.598
Outras receitas do conselho deliberativo	-	16.265
Mensalidade dos sócios	4.869.722	5.735.801
Anuidade cadeira	374.370	-
Subtotal	5.858.230	6.237.664

Arrendamento e concessões

Alugueis	326.738	587.965
Subtotal	326.738	587.965

Outras receitas

Multas contratuais	933.333	2.066.667
Outras receitas	235.225	36.145
Subtotal	1.168.558	2.102.812

(-) Deduções da receita

INSS retido s/ receitas	(260.498)	(135.136)
Federação local	(452.383)	(160.166)
FENAPAF	(180.810)	(151.471)
Subtotal	(893.691)	(446.773)

Total da receita operacional líquida

30.860.265	24.348.657
------------	------------

- (a) Refere-se a doações recebidas que são realizadas, em sua maioria, por doadores anônimos.
 (b) Se trata dos contratos celebrados com as empresas de mídia que transmitem a Copa do Brasil.
 (c) Conforme as receitas com bilheteria informadas nos borderôs dos jogos do campeonato brasileiro realizados no ano.



(d) Se trata dos recebimentos vindos dos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

17. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Despesas com pessoal:</u>		
Clube social	(2.366.720)	(2.205.716)
Categoria profissional (d)	(12.339.995)	(8.496.991)
Categoria de base	(1.049.939)	(894.607)
Desporto de amadores	(245.291)	(337.056)
Encargos sociais	(1.606.984)	(1.102.533)
Provisão de 13º salário e encargos	(1.053.360)	(1.361.986)
Acordos extrajudiciais	(12.755)	(108.725)
Assistência social	(42.565)	(53.759)
Total das despesas com pessoal	<u>(18.717.609)</u>	<u>(14.561.373)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas:</u>		
Serviços prestados por terceiros (a)	(5.987.835)	(4.413.057)
Despesas com viagens	(542.576)	(6.581)
Despesas com jogos (b)	(5.458.176)	(4.390.626)
Despesas com materiais	(299.611)	(229.269)
Despesas de marketing	(84.141)	(369.579)
Depreciações e amortizações	(2.222.350)	(2.147.292)
Despesas com atletas	(6.204.839)	(3.130.090)
Outras despesas	(144.574)	-
Despesas tributárias	(785.519)	(915.500)
Provisões para riscos judiciais	(7.797.589)	(2.474.756)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.580.770)	(1.941.695)
Outras receitas gerais	-	8.866.897
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(31.107.980)</u>	<u>(11.151.548)</u>
<u>Outras receitas operacionais, líquidas:</u>		
Receita com ação judicial (c)	1.231.171	-
Total das receitas (despesas) operacionais	<u>(48.594.418)</u>	<u>(25.712.921)</u>

(a) Incluem pagamentos de prestações de serviço, tais como: cargos de diretoria (Marketing, Futebol etc.), assessores jurídicos e manutenções com outros principais fornecedores (AK vigilância Ltda, Rodolpho Mario Maranhão, Full Service Terceirização, Cahu Beltrão, Vestore Gestão, Romildo Gomes Muniz etc.);

(b) Incluem despesas com a FutebolCard Sistemas Ltda. que são provenientes das atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios com o Clube; e



- (c) Se refere ao processo transitado em julgado, a favor do Clube, contra o Boa Esporte Clube, já recebido no exercício de 2025.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros e multas	(445.715)	(59.586)
Despesas bancárias	(77.397)	(62.815)
Taxa cartão de crédito	(3.525)	(4.158)
IOF	-	(278)
Outras despesas financeiras	(17.739)	(6.016)
Descontos concedidos	(280.142)	-
Total	<u>(824.518)</u>	<u>(132.853)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros auferidos	640	237
Descontos obtidos	16.148	8.898
Rendimentos s/ aplicações financeiras	609	1.000
Total	<u>17.397</u>	<u>10.135</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(807.121)</u></u>	<u><u>(122.718)</u></u>

19. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Clube tem imunidade tributária e benefícios por ser entidade sem fins lucrativos e Clube de futebol profissional, conforme nota nº 3.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros que o Clube administra são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os saldos contabilizados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou é liquidado no vencimento, em prazos inferiores ou superiores de doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.



b) Caixa e bancos, títulos, contas a receber e contas a pagar

Os saldos referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação a preços de mercado ativos ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Principais fatores de risco do Clube

O Clube está sujeito aos seguintes riscos:

Risco de crédito:

As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência, não existindo praticamente em 2025.

Risco de liquidez:

É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros ou ter dificuldade de pagar em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente seu setor financeiro, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às suas necessidades.

21. SEGUROS

O Clube não possuía nenhum seguro vigente no exercício de 2025.

22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Clube autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 28 de abril de 2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.
